

DOCUMENTOS PARA O ENSINO

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DA GEOGRAFIA EM PORTUGAL

Os artigos aqui apresentados resultam de reuniões informais que alguns investigadores e docentes do ensino secundário e superior realizaram, no Centro de Estudos Geográficos, durante os primeiros meses de 1984. Preocupados com os graves problemas que afectam o ensino da Geografia procuraram trocar impressões, confrontar pontos de vista e transmitir experiências. Sem tentar elaborar um corpo de ideias que pudesse transformar-se num novo dogma, procurou-se apenas estabelecer e alargar o diálogo na tentativa de chegar a uma correcta colocação dos problemas.

Com esta finalidade, alguns dos participantes elaboraram os artigos que se reproduzem a seguir, destinados a publicação em jornais de larga difusão, para atingir não só docentes como pais e outros responsáveis. A despeito de um bom acolhimento de princípio, este tipo de publicação não se efectivou até hoje e decidiu-se então a divulgação dos artigos, com pouca modificação da redacção original, nos *Documentos para o Ensino*, rubrica destinada, desde o aparecimento da *Finisterra*, a acolher a colaboração de todos quantos se preocupam com a qualidade do ensino da Geografia em Portugal. Os autores desejam que estas primeiras reflexões suscitem outras e desencadeiem, nesta secção da revista, um verdadeiro diálogo.

OS PROGRAMAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO SECUNDARIO

1 — REPETIÇÃO DE CONTEÚDOS OU FALTA DE COORDENAÇÃO CURRICULAR?

«Já dei isto algumas 50 vezes» — desabafou um aluno numa aula de Geografia humana do curso complementar. Embora a observação peque por excesso, tem um certo fundamento. A que se deve esta aparente ou real repetição que aborrece os alunos e os afasta da opção pela disciplina nos cursos complementares? A resposta, como é óbvio, encontra-se nos programas em vigor. Mas, será a Geografia uma disci-

plina tão pobre que, no ensino secundário, tenha de girar sempre à volta dos mesmos temas?

Verifica-se que os alunos não têm geralmente uma ideia precisa sobre o conteúdo programático das disciplinas. Mesmo quando elas constam no currículo como opções, o que implica uma escolha pessoal, o desconhecimento é absoluto e, muitas vezes, essa ignorância determina fracassos inesperados. Este problema poderia ser resolvido pelas escolas, através de eficientes serviços de informações que funcionassem sobretudo na altura das matrículas. Recorde-se, a propósito de conteúdos que se desconhecem, que em recente campanha eleitoral, um conceituado político, criticando o sector da educação, afirmava que nas nossas escolas apenas se ensinava a geografia da União Soviética. Que nos perdoe o eminente político mas ou desconhecia, ou convinha-lhe desconhecer, os programas de Geografia. Note-se que esses mesmos programas se mantêm ainda em vigor neste ano lectivo de 1983/84. Como se vê, a Geografia também serve para fazer guerras eleitorais. Posto isto, considerámos de certa utilidade um esclarecimento sobre o que é hoje o ensino da Geografia nas escolas secundárias portuguesas.

A Geografia é disciplina curricular obrigatória apenas no curso secundário unificado (7.º, 8.º e 9.º anos); no curso complementar é opção anual para a área A (11.º ano) e para a área D (10.º ou 11.º anos). No 12.º ano faz parte do elenco de opções do 1.º, 2.º e 3.º cursos. No ensino básico alguns conceitos geográficos são já ministrados, embora com carácter muito difuso: no primário, integrados no tema Meio Físico e Social, no preparatório, nas disciplinas de Ciências da Natureza e Estudos Sociais.

2 — A GEOGRAFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO UNIFICADO

Na introdução ao programa do 7.º ano pode ler-se: «Pretende-se com o programa da disciplina de Geografia do 7.º ano de escolaridade situar o aluno no mundo onde vive. A partir da *observação do meio local* o aluno detectará a *existência de elementos físicos e humanos* na paisagem e a sua inter-relação, o que lhe permitirá reflectir sobre a importância dos mesmos na organização do espaço geográfico». (Sublinhados nossos). Do programa constam os seguintes temas:

Tema I — Introdução ao estudo da Geografia.

Tema II — O relevo terrestre.

Tema III — A atmosfera — elemento da paisagem terrestre.

Tema IV — Os grandes ambientes bioclimáticos do mundo.

Desenvolve-se em seguida uma extensa lista de «objectivos didácticos operacionais» que deverão ser cumpridos nos scassos *dois tempos semanais* reservados à disciplina. Em consequência da sua observância por parte dos professores (até porque o que vem no programa é para se cumprir!) chega-se em geral ao fim do 3.º período apenas com parte do tema III (a atmosfera) efectivamente dado. Logo, é necessário intro-

duzir no ano seguinte um ponto ante-programa em que são estudados os elementos e factores do clima e, pelo menos, as características dos climas da zona temperada.

Repare-se que as intenções formuladas na apresentação do programa não têm a devida correspondência no conteúdo programático e na definição dos objectivos. O meio onde o aluno vive é apenas abordado na *Introdução ao estudo da Geografia* e, na melhor das hipóteses, objecto de observação através do mapa topográfico da respectiva área. No estudo do relevo e da atmosfera faz-se uma aprendizagem teórica, baseada em noções mais ou menos abstractas sobre génese e evolução das formas de relevo e sobre elementos e factores do clima.

No programa do 8.º ano são formulados alguns objectivos gerais onde se pressupõe que um jovem de 14-15 anos deva «assumir atitudes críticas responsáveis (...)» e «Participar como cidadão consciente na resolução dos problemas (...)» do país. Do esquema programático consta um único tema, *Geografia de Portugal*, com os seguintes pontos:

- A — O relevo de Portugal Continental e Insular.
- B — O clima de Portugal Continental e Insular.
- C — A população portuguesa.
- D — O espaço rural.
- E — O espaço industrial.
- F — O espaço urbano.
- G — Importância e significado da rede de transportes no espaço português.
- H — Assimetrias regionais e macrocefalia.
- I — Portugal e o Mundo.

Segue-se, tal como para o 7.º ano, uma extensa lista de «objectivos didácticos operacionais». Dispondo de *três tempos semanais*, o programa raramente é cumprido. Em consequência, os alunos ficam com uma visão parcelar do país onde vivem. Como poderão ser assim atingidos os objectivos gerais propostos? Os três últimos temas que lhes poderiam fornecer uma percepção globalizante do espaço, dos seus problemas e contrastes, em regra, nem sequer são abordados.

No 9.º ano os objectivos gerais visam uma análise e compreensão do mundo contemporâneo, numa perspectiva geográfica, correspondendo-lhe o seguinte esquema programático:

- 1 — População mundial.
- 2 — Os grandes contrastes da agricultura no mundo actual.
- 3 — Contrastes da industrialização no mundo actual.
- 4 — As cidades no Mundo.

Os temas estão organizados por continentes, sempre com esta ordem: Europa, América, África e Ásia. Ao longo dos 159 «objectivos didácticos operacionais», que deverão ser atingidos dispondo somente de *dois tempos semanais*, é desfilado um rosário nem sempre quente de pormenores

a apreender pelos alunos. Curiosamente, nota-se uma propensão dos autores do programa para os assuntos asiáticos. Os temas são geralmente tratados por regiões sem pormenorização de países, excepto nos casos que se enumeram: na *Agricultura* com os exemplos da União Soviética, do Japão e da China; na *Indústria* com os casos do Japão, China e União Indiana; nas *Cidades*, com as concentrações urbanas do Japão.

Sem pretendermos fazer uma crítica exaustiva dos programas de Geografia do ensino secundário, queremos apenas salientar alguns pontos que nos parecem relevantes:

— O critério adoptado para o desenvolvimento programático não se apresenta uniforme. Veja-se que no caso da Geografia física se considerou indispensável introduzir conceitos básicos no 7.º ano, não relacionados directamente com um estudo do espaço, enquanto no que respeita à Geografia humana (8.º e 9.º anos) os conceitos são adquiridos a propósito de temas concretos.

— Os objectivos gerais não encontram a necessária correspondência quer nos esquemas programáticos quer na definição dos «objectivos didácticos operacionais» que, pretendendo uniformizar e orientar o trabalho dos professores, condiciona a sua capacidade criativa.

— Os programas são inutilmente extensos e a sua organização temática modelada como se as fronteiras político-administrativas do mundo real não existissem. Daí a dificuldade cada vez maior que os alunos têm, mesmo os dos cursos complementares, em localizar países, regiões ou mesmo cidades. Chega a ser anedótico que o universo mental dos alunos esteja povoado de nomes que lhe são martelados pelos noticiários televisivos ou pela imprensa, sem que saibam concretamente fazer a sua localização no espaço. Polónia, Afeganistão, Líbano, Salvador, Nicarágua são nomes de guerras, mas onde ficam esses países? Manchester, Liverpool, Milão dão o nome a equipas notáveis de futebol; mas onde se situam essas cidades? Não defendemos o regresso à geografia dos rios, estradas, montes, caminhos-de-ferro, etc. Mas exige-se um mínimo de funcionalidade da cultura que se fornece nas escolas.

— A relação entre fenómenos físicos e humanos aparece extremamente difusa. Veja-se, por exemplo, o que se passa com os ambientes bioclimáticos no mundo que constam do programa do 7.º ano (raramente são efectivamente estudados) e a ligação longínqua, que acaba por não se concretizar, com os temas de Geografia humana do 9.º ano.

El assim chegam os alunos ao termo do ensino obrigatório da Geografia. Nesta multiplicidade de objectivos de vários níveis definidos para cada ano é difícil descortinar qual o fio condutor e o critério que serviu de base à elaboração dos programas. Mesmo quem os conhece muito bem, porque já os leccionou, não consegue responder a esta questão fundamental: qual a intenção global e o *verdadeiro* objectivo do ensino da Geografia durante os três anos do secundário?

3 — A GEOGRAFIA NOS CURSOS COMPLEMENTARES

No 10.º e 11.º anos existem dois programas: um de Geografia física para a área A (Estudos Científico-Naturais) e outro de Geografia humana para a área D (Estudos Humanísticos). Logo à partida se detecta o velho preconceito de que os alunos de «ciências» não precisam de adquirir uma formação «humanística» e de que os alunos de «letras» não devem estudar temas «científicos».

Do programa da área A constam os temas que são tradicionalmente estudados na Geografia física: A atmosfera e a sua dinâmica, as formas do relevo terrestre.

O programa da área D era, até ao ano lectivo de 1982/83, praticamente uma repetição do 9.º ano, exactamente com os mesmos temas. Em Julho de 1983 chegou às escolas um novo programa. No ofício que o acompanhava refere-se: «O programa dos 10.º ou 11.º anos (área D), porque alguns dos seus conteúdos interferiam com os do 9.º ano, foi reestruturado». De facto, não se trata de um novo programa mas de uma péssima *reestruturação* do anterior, pretendendo dar-se uma tónica mais economicista ao desenvolvimento dos temas. O programa é iniciado com a explicitação dos objectivos gerais que, tal como estão definidos, são extremamente ambiciosos. De entre eles destaca-se apenas um: «elaborar projectos de estudo de temas geográficos». Pergunta-se se um aluno neste nível de ensino, com as deficiências da sua preparação básica, com a absoluta falta de bibliografia adequada, com manuais de fraca qualidade, com professores tantas vezes mal preparados por ausência de acções de actualização científica, conseguirá e deverá atingir este objectivo

O esquema programático inclui os seguintes pontos:

- 1 — Introdução — Os elementos da Geografia Económica.
- 2 — A organização do espaço agrário.
- 3 — A organização do espaço industrial.
- 4 — A organização do espaço urbano.

Compare-se com o programa do 9.º ano e facilmente se conclui que os esquemas programáticos são semelhantes, com exclusão do tema «população». Na longa lista de 125 «objectivos didácticos operacionais» verifica-se que um programa que vem substituir outro, em princípio para o melhorar, muito dificilmente conseguirá esse milagre. Salientamos apenas alguns aspectos:

— Falta de desenvolvimento lógico e integrado na ordem dos objectivos definidos. Por exemplo, no tema «Organização do espaço agrário», os objectivos 5, 6, 7 e 8 referem-se à localização dos focos de agricultura moderna, à identificação das áreas de difusão do mesmo tipo de agricultura e respectiva justificação dessas localizações. Seguem-se objectivos que incidem sobre a agricultura de transição (?) e de subsistência e só nos objectivos 20 e 21 se define e caracteriza a agricultura moderna.

— Deficiente formulação dos objectivos dos quais se transcrevem dois a título de exemplo:

— Na «Introdução»: «2. Explicar as modificações introduzidas pelas montanhas, tanto nos climas como na actividade humana».

— Na «Organização do espaço industrial»: «48. Problematizar a localização dos recursos, em função da distância ao mercado».

4 — EM CONCLUSÃO

A extensão dos programas e a carga teórica de que enfermam subvertem, à partida, o objectivo geral comum a todos eles: que os alunos adquiram os métodos e técnicas de investigação em Geografia. De facto, quer por motivos próprios da organização das escolas, do reduzido número de horas semanais, da excessiva carga horária dos professores, quer da obrigatoriedade de tratar os temas programados, como poderão os professores iniciar os alunos nos métodos e técnicas da Geografia?

A falta de coordenação em termos do desenvolvimento temático, gradual e progressivo, o tratamento abstracto de temas, o irrealismo da sua extensão face às condições reais da escola, tornam urgente repensar e reformular esses programas.

JÚLIA GALEGO